

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.648.853 - SC (2020/0011961-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : HUGO LEONARDO LEDOUX DA SILVA
AGRAVANTE : EMEC ENGENHARIA METROPOLITANA DE CONSTRUÇOES
LTDA
AGRAVANTE : PAVIMEC LOCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
ADVOGADO : LUIS HENRIQUE PINTO LOPES - PR034714
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ART. 2.º DA LEI N.º 8.176/91 E ART. 55 DA LEI 9.605/98. ALEGAÇÃO DE AFRONTA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. PLEITO PELA ABSOLVIÇÃO PELA AUSÊNCIA DE DOLO. INVERSÃO DO JULGADO. SÚMULA N.º 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por HUGO LEONARDO LEDOUX DA SILVA, EMEC ENGENHARIA METROPOLITANA DE CONSTRUÇÕES LTDA. e PAVIMEC LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. contra decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4.ª Região que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal na Apelação n.º 5000543-64.2018.4.04.7201/SC.

Consta nos autos que o Juízo de primeiro grau condenou os Agravantes às seguintes penas (fls. 1.080-1.107):

a) **Rosalvo da Silva** – 1 (um) ano, 6 (seis) meses e 15 (quinze) dias de detenção, em regime inicial aberto, e pagamento de 30 (trinta) dias-multa, no mínimo legal, como incurso no art. 2.º da Lei n.º 8.176/91, no art. 55 da Lei 9.605/98 e no art. 330 do Código Penal, na forma do art. 69 do CP. A sanção corporal foi substituída por 2 (duas) restritivas de direitos;

b) **Hugo Leonardo Ledoux da Silva** – 1 (um) ano e 6 (seis) meses de detenção, em regime inicial aberto, e pagamento de 20 (vinte) dias-multa, à razão de 1/20 (um vinte avos) do salário mínimo vigente à época dos fatos,

como incurso no art. 2.º da Lei n.º 8.176/91 e no art. 55 da Lei 9.605/98, na forma do art. 69 do Código Penal. A sanção corporal foi substituída por 2 (duas) restritivas de direitos;

c) **EMEC Engenharia Metropolitana de Construções Ltda. - ME** – 6 (seis) meses como incurso no art. 55 da Lei n.º 9.605/98, substituída por contribuições a sociedades ambientais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e 10 (dez) dias-multa, no mínimo legal; e

d) **PAVIMEC Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda. – ME** – 6 (seis) meses como incurso no art. 55 da Lei n.º 9.605/98, substituída por contribuições a sociedades ambientais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/20 (um vinte avos) do salário mínimo vigente à época dos fatos.

Por meio da sentença de fls. 1.208-1.209, com fulcro no inciso I do art. 107 do Código Penal, foi declarada extinta a punibilidade de Rosalvo da Silva, conforme certidão de óbito de fl. 1.200-1.201.

Irresignada, a Defesa dos demais Acusados interpôs apelação, à qual a Corte de origem negou provimento e, de ofício: **a)** alterou o concurso de crimes para o formal (art. 70 do CP), redimensionando as reprimendas impostas a **Hugo Leonardo Ledoux da Silva** aos patamares de 1 (um) ano e 2 (dois) meses de detenção, e 20 (vinte) dias-multa, à razão de 1/20 do salário mínimo vigente à época dos fatos. e **b)** determinou a execução provisória das penas.

A propósito, a ementa do referido julgado (fls. 1.277-1.278):

"PENAL. EXPLORAÇÃO E EXTRAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA DA UNIÃO SEM AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA. ARGILA E SAIBRO. ART. 2º DA LEI Nº 8.176/91. ART. 55 DA LEI Nº 9.605/98. MATERIALIDADE, AUTORIA E DOLO COMPROVADOS. CONDENAÇÃO MANTIDA. CONCURSO FORMAL. PENA DE MULTA. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ISENÇÃO DE CUSTAS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. SÚMULA 122 TRF4. COMUNICAÇÃO AO JUÍZO DE ORIGEM.

1. Os crimes previstos no caput do art. 55 da Lei n.º 9.605/98, e no art. 2º da Lei n.º 8.176/91, configuram-se no momento em que se constata a extração mineral sem a devida autorização do órgão ambiental competente e do DNPM, respectivamente.

2. Comprovado que houve exploração de matéria-prima pertencente à União sem título autorizativo ou licença, impõe-se manter a condenação do réu Hugo Leonardo Ledoux da Silva pela prática dos

Superior Tribunal de Justiça

delitos previstos no art. 2º da Lei n. 8.176/91 e no art. 55 da Lei n. 9.605/98 e das rés EMEC Engenharia Metropolitana de Construção Ltda. e PAVIMEC Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda. ME pela prática do delito previsto no art. 55 da Lei n. 9.605/98.

3. As condutas de extrair e explorar matéria-prima pertencente à União, se concretizaram em um contexto fático único, razão pela qual deve ser aplicado o concurso formal próprio de crimes, conforme dispõe o art. 70 do Código Penal.

4. Observada a proporcionalidade em relação à pena corporal aplicada, bem como no que diz respeito à capacidade econômica do réu e ao parâmetro adotado pelo Tribunal, deve a pena de multa ser mantida conforme (e-STJ Fl.1277) Documento recebido eletronicamente da origem fixada em sentença.

5. A situação de insuficiência de recursos por parte do réu não impede a sua condenação nas custas judiciais e despesas processuais, que devem ser fixadas na sentença, em observância ao artigo 804 do Código de Processo Penal, cabendo ao juízo da execução penal a apreciação do pedido da gratuidade da justiça.

6. Execução provisória da pena autorizada, conforme entendimento firmado pelo STF (HC 126.292). Súmula 122 TRF4."

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos para excluir a execução provisória das penas (fls. 1.322-1.327).

Sustenta a Defesa, nas razões do apelo nobre, contrariedade aos arts. 1.º, inciso III, e 5.º, incisos XXXV e LIV, da Carta Magna; bem como ao art. 386, incisos IV, V e VII, do Código de Processo Penal.

Alega que não foram apresentadas provas aptas a comprovar o dolo dos Agravantes, pois detinham autorização para explorar a jazida fornecida pela empresa Mourão, e, por via de consequência, não há crimes que lhes possam ser imputados.

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 1.378-1.395). O apelo nobre não foi admitido (fls. 1.398-1.401). Foi interposto agravo (fls. 1.415-1.436).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 1.459-1.461, opinando pelo não conhecimento do agravo em recurso especial.

É o relatório.

Decido.

De plano, quanto à apontada contrariedade aos arts. 1.º, inciso III, e 5.º, incisos XXXV e LIV, da Constituição da República, registro que não incumbe ao Superior Tribunal de Justiça, nem mesmo para fins de prequestionamento, examinar

supostas ofensas a dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência atribuída pelo texto constitucional ao Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. EMPREGO DE ARMA BRANCA. LEI N. 13.654/2018. NOVATIO LEGIS IN MELLIUS. RETROATIVIDADE EM BENEFÍCIO DO RÉU. ALEGADA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE EM ÂMBITO DE RECURSO ESPECIAL.

[...]

2. Ao Superior Tribunal de Justiça é vedada a análise de violação a dispositivos constitucionais, uma vez que essa competência é exclusiva do Supremo Tribunal Federal, pela via do recurso extraordinário, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal.

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1.750.345/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 26/11/2018.)

No mais, o acórdão recorrido, na parte que interessa, está calcado nas seguintes razões de decidir (fl. 1.266; sem grifos no original):

"A defesa sustenta ainda a ausência de dolo nas condutas dos réus, afirmando que os sócios da empresa Locação de Equipamentos Mourão Ltda. deveriam ter averbado o contrato de cessão de direitos de exploração sobre a área, bem como informado que havia uma fração do imóvel que não estava incluída na autorização expedida pelo DNPM.

Sem razão, no entanto.

Diante da alegada inércia da empresa Locação de Equipamentos Mourão LTDA em registrar, junto ao DNPM, o contrato de cessão de direitos firmado, a fim de regularizar a atividade mineradora, resta claro que cabia aos réus interromperem a prática da exploração de matéria-prima pertencente à União. Contudo, os acusados optaram em prosseguir na lavra de forma irregular e conscientes desta condição.

Desse modo, percebe-se que incumbia aos réus, antes de praticarem qualquer atividade extrativista, certificarem-se de que possuíam todas as autorizações necessárias para tanto. Entretanto, decidiram extrair e explorar matéria-prima pertencente à União de forma irregular, assumindo os riscos de estarem praticando uma infração penal, como de fato ocorreu.

Ressalto ainda que não merece prosperar a alegação de que, em razão de a área já ter sido explorada por outras empresas (Mourão e Rudnick), os réus não tinham como presumir que a exploração de minérios naquela localidade era proibida, sobretudo pelo fato de que a autorização emitida pelo DNPM é de natureza personalíssima.

Aliás, os réus contavam com assessoria de empresa especializada, o que agrava a situação, indicando que eles, cientes da ausência de título autorizativo para realizar a atividade extratora, promoveram a lavra e a exploração de matéria-prima da União de forma ilegal e dolosa.

Ademais, a defesa não produziu prova em contrário, que fosse capaz de demonstrar que os réus, de fato, não estavam ciente acerca da ausência de título autorizativo para desenvolver a atividade de mineração na área descrita pela denúncia.

Dessa forma, mostra-se incontroverso que os recorrentes promoveram a lavra e exploração de matéria-prima da União de forma ilegal, de modo que deve ser mantida a condenação do réu Hugo Leonardo Ledoux da Silva pela prática dos delitos previstos no art. 2º da Lei n. 8.176/91 e no art. 55 da Lei n. 9.605/98, na forma do art. 69 do Código Penal, e das rés EMEC Engenharia Metropolitana de Construção Ltda. e PAVIMEC Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda. ME pela prática do delito previsto no art. 55 da Lei n. 9.605/98."

Como se vê, a Corte *a quo*, soberana quanto ao exame do acervo fático-probatório acostado aos autos, concluiu que estão presentes todos os elementos necessários à tipificação dos delitos imputados aos Acusados, inclusive o dolo. Portanto, a inversão do julgado demandaria, necessariamente, o revolvimento das provas e fatos que instruem o caderno processual, desiderato esse incabível na via estreita do apelo nobre, nos termos da Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 63 DA LEI N. 9.605/1998. AUSÊNCIA DE DOLO NA CONDUTA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INVIABILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. DESAPARECIMENTO DOS VESTÍGIOS. MATERIALIDADE COMPROVADA POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. A presença do dolo foi atestada pelas instâncias de origem após a detida análise do acervo fático-probatório. Impossibilidade de reexame dos fatos e das provas em instância superior, o que atrai o disposto no enunciado 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ.

[...]

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1.462.348/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 10/06/2019.)

"PENAL E PROCESSUAL. CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 4º E 36 DO

Superior Tribunal de Justiça

DECRETO-LEI N. 227/1967. SÚMULA 211 DO STJ. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO ART. 155 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA.

[...]

2. *Se instâncias ordinárias, soberanas na análise das circunstâncias fáticas da causa, concluíram haver elementos suficientes nos autos para condenar o recorrente pela prática do crime previsto art. 2º da Lei n. 8.176/1991, a inversão do julgado não se coaduna com a via eleita, a teor da Súmula 7 desta Corte.*

3. *Agravo regimental desprovido.*" (AgRg no AREsp 724.513/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe 06/11/2015)

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora